

A INFLUÊNCIA DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA NO ¹BRASIL DURANTE A GUERRA FRIA – GOLPE DE 1964

Emanuel Furlan De Bona Agostinho²

Ricardo Neumann³

RESUMO

Este artigo destina-se a apresentar uma pesquisa acerca da influência da hegemonia norte-americana no Brasil durante a Guerra Fria – Golpe de 1964. Portanto, o presente artigo tem como objetivo compreender a influência dos Estados Unidos na política do Brasil durante a Guerra Fria, bem como, analisar os motivos que levaram à guerra e quais eram os objetivos dos EUA perante os estados latino-americanos. Simultaneamente, trazer quais políticas foram implementadas com o auxílio estadunidense e de que maneira essa interação com os EUA influenciou nas ditaduras da América Latina entre as décadas de 50 e 80. O tema abordado aqui é de muita importância para o entendimento da política latino-americana durante o período da Guerra Fria. O método utilizado para esse estudo foi o processo bibliográfico, sendo utilizados como instrumentos de coleta de dados: livros, artigos, dissertações, *sites* em geral (blogs, *sites* educacionais, entre outros).

Palavras-chave: Estados Unidos. Golpe de 64. Guerra Fria.

INTRODUÇÃO

A influência estadunidense perante os processos políticos ao longo dos anos na América Latina é algo notório e alvo de pesquisas para muitas pessoas. Essa influência não se dá somente no âmbito político, porém, dentro dessa área é onde teremos as maiores investidas e desdobramentos ao longo dos séculos XIX, XX e XXI.

Após sua independência em 1776, os EUA passam por um período de estabilização e adaptação ao seu novo estilo de governo, sendo que ao finalizar esse processo, já no século XIX, teremos o início da influência estadunidense dentro da América. Preocupados em assumir o poder sobre os países da América, principalmente latino-americanos, e não deixar com que nenhuma outra nação obtivesse esse poder, o governo dos EUA profere através de seu então presidente

¹ Trabalho de conclusão requisitado para obter título de graduando no curso de Licenciatura em História pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

² Acadêmico do curso de Licenciatura em História da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Autor do presente trabalho.

³ Professor Titular na Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL nos Cursos de Bacharelado em História; Licenciatura em História; Relações Internacionais. Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

James Monroe, que a América não aceitaria qualquer interferência externa. Assim, cria-se em 2 de dezembro de 1823, a Doutrina Monroe, que irá auxiliar e embasar novas políticas externas nos anos seguintes.

Com o passar do tempo e com o crescimento em nível mundial que os EUA vinham tendo perante os Estados americanos nos anos decorrentes da Doutrina Monroe, surge no início do século XX a política do “Big Stick”. Essa política teve como principal método a força, seja ela usada para auxílio ou para “convencer” alguns Estados das decisões estadunidenses. Esse aumento de poder e influência dentro do continente americano, fez com que o governo dos EUA iniciasse a busca ainda mais forte pelo status de potência mundial e se concretizou pelas alterações causadas pelas duas grandes guerras que ocorreriam na sequência.

Portanto, o presente artigo tem como objetivo geral compreender a influência dos Estados Unidos na política do Brasil durante a Guerra Fria, e como objetivos específicos, analisar os motivos que levaram à guerra e quais eram os objetivos dos EUA perante os estados latino-americanos. Simultaneamente, trazer quais políticas foram implementadas com o auxílio estadunidense e de que maneira essa interação com o EUA influenciou nas ditaduras da América Latina entre as décadas de 50 e 80.

Desde modo, teremos como a questão central deste artigo compreender de que maneira esse imperialismo estadunidense influenciou na formação política no Brasil e na América Latina durante a Guerra Fria. Como metodologia de pesquisa foi utilizado o processo bibliográfico, sendo utilizados como instrumentos de coleta de dados: livros, artigos, dissertações, *sites* em geral (blogs, *sites* educacionais, entre outros).

O artigo aqui vigente está decomposto em quatro seções sendo a primeira: “A ascensão dos EUA”, que tem como objetivo uma breve transcrição da história até o fim da Segunda Guerra Mundial, seguida da “Guerra Fria”, onde por sua vez, terá como objetivo uma contextualização sobre os motivos e os desenrolares da guerra em uma visão geral. Nesta sequência, o nosso terceiro ponto será: “Momentos antes do Golpe”, tendo como propósito uma nova contextualização das influências estadunidenses dentro do Brasil e da América Latina. Por fim, nosso quarto tópico será o “Golpe de 64”, que trará os principais aspectos desse período e buscará entender o envolvimento dos EUA no golpe.

1. A ascensão dos EUA

O imperialismo dentro da América Latina não é algo novo na história mundial. Desde sua ascensão ao mundo a América sofreu e sofre com a exploração de suas riquezas e de seu povo. Temos uma breve noção disso quando olhamos para as colônias e de como elas funcionaram ao longo do domínio Europeu. Porém, esse domínio perante os latino-americanos nunca se esvaiu.

Logo após o início da movimentação pela independência na América do Sul diante das metrópoles, inicia-se também, mesmo que neste momento em pequena escala, o processo de domínio do Estados Unidos sobre os latino-americanos. Esse processo foi introduzido pela Doutrina Monroe em 2 de dezembro de 1823, tendo essa denominação por uma declaração do então presidente estadunidense James Monroe, visando uma quebra no controle externo sobre o continente americano. Em outras palavras, é a partir dessa declaração que temos o início da “América para os americanos”.

Alguns anos após a implantação da Doutrina, já no início do século XX, nos deparamos com a implementação da política do “Big Stick”, confirmando assim a criação de uma potência imperialista dentro da América. Para PINHEIRO (2018, p. 3), o “Big Stick” é o:

[...] slogan empregado pelo presidente Roosevelt, em setembro de 1901, onde mencionava que os Estados Unidos deveriam se tornar a polícia internacional do ocidente. Esse fator determinou uma injeção econômica em alguns países da América Latina (PINHEIRO apud KIERNAN, 2009).

Usando destas políticas, os EUA teriam maior controle e não deixariam outras nações, estabelecerem novas colônias em terras americanas, pois o significado da Doutrina Monroe e do Big Stick é a “América para os americanos” sendo os EUA o centro do poder desta América.

A incerteza e insegurança estadunidense perante a novas investidas europeias dentro da América fizeram com que medidas políticas e econômicas fossem tomadas ao longo do tempo. Sendo assim, o apoio e injeção de recursos em países latino-americanos foi comum nos anos subsequentes ao Big Stick, o que potencializou um desenvolvimento maior e uma nova visão de mundo aos países que ainda estavam presos as suas “raízes colonialistas”.

Nesta sequência, a reestruturação política dos países latino-americanos começou a ver mudanças como força militar, econômica ou política e no decorrer

desse período, os Estados Unidos vinham tendo uma crescente evolução aos olhos das potências europeias, o que ao mesmo tempo, não foi muito estimado pelos mesmos olhos dessas potências, já que desde o fim de suas colônias na América, a Europa perdeu uma parte de sua economia.

Portanto, após perderem as suas respectivas colônias na América, os imperialistas europeus iniciam suas discussões sobre o direito de exploração afro-asiática, exploração esta que visava a retomada da economia segundo uma política de colônias. Neste momento os EUA iniciam o processo de mediação buscando a política de “portas abertas”, isto é, todos os envolvidos teriam direitos iguais dentro dessa nova abertura econômica.

Todavia, essa ação não teve o impacto necessário e causou múltiplos conflitos de interesses entre os países envolvidos. HOBBSBAWM (1988 p.271):

[...]Às vésperas de 1914, os conflitos coloniais não pareciam mais colocar problemas insolúveis às várias nações concorrentes — fato que tem sido usado, de modo bastante ilegítimo, como argumento para afincar que as rivalidades imperialistas foram irrelevantes na deflagração da Primeira Guerra Mundial.

Grande parte dos imperialistas que buscavam a exploração na afro-asiática teriam conflitos não resolvidos junto a outros países que buscavam a mesma exploração, sendo assim, um cenário de rispidez se formava e dificilmente se encerraria de forma pacífica e simples como, por exemplo, a divisão igual da exploração. Contudo, o constante desgaste em debates sobre o assunto que se estenderam desde o século XIX até o início do século XX vão dar início no ano de 1914 a Primeira Guerra Mundial.

Apesar das tentativas de mediação e se dizerem neutros, os EUA proporcionam à Tríplice Entente ajudas financeiras, juntamente com o envio de alimentos e armamentos para auxiliar na guerra, porém sem atuação direta no primeiro momento. Segundo HOBBSBAWM (1995, p.26):

Ela começou como uma guerra essencialmente europeia, entre a tríplice aliança de França, Grã-Bretanha e Rússia, de um lado, e as chamadas “Potências Centrais”, Alemanha e Áustria-Hungria, do outro, com a Sérvia e a Bélgica sendo imediatamente arrastadas para um dos lados devido ao ataque austríaco (que na verdade detonou a guerra) à primeira e o ataque alemão à segunda (como parte da estratégia de guerra da Alemanha). A Turquia e a Bulgária logo se juntaram às Potências Centrais, enquanto do outro lado a Tríplice Aliança se avolumava numa coalizão bastante grande. Subornada, a Itália também entrou; depois foi a vez da Grécia, da Romênia e (muito mais nominalmente) Portugal também. Mais objetivo, o Japão entrou quase de imediato, a fim de tomar posições alemãs no Oriente Médio e no Pacífico ocidental, mas não se interessou por nada fora de sua região, e —

mais importante — os EUA entraram em 1917. Na verdade, sua intervenção seria decisiva.

Tendo em vista os auxílios entregues aos países da Entente, o lucro dos EUA é notório, a guerra está se passando longe de seu território. Assim, eles não necessitam entrar realmente em conflito com nenhum país e a conta da Europa com os Estados Unidos fica cada vez maior.

Com a revolução Russa e a saída do país da Tríplice Entente, juntamente com um ataque alemão a embarcações estadunidenses, no dia 06 de abril de 1917, os EUA declaram guerra e enviam suas tropas para finalizar o conflito contra a Tríplice Aliança, já que todos estavam enfraquecidos e cansados por conta do longo período em que já estavam guerreando. Outro aspecto que deve ser levado em consideração é que os EUA estavam impulsionados pelo medo de não receber o valor investidos nos países da Entente. Com essa ajuda final dos EUA, a Primeira Guerra Mundial é finalizada e a Tríplice Entente sai como vitoriosa, deixando a Europa em caos pelos efeitos da guerra.

Com a Europa desestabilizada e após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos tornaram-se uma potência mundial, passando de devedor a credor. Isso se deu justamente pelos empréstimos para a reconstrução da Europa e com as exportações que faziam para esses países. A justificativa para esse aumento de dependência europeia perante os EUA foi, justamente, não ter condições de produção em larga escala pelos estragos causados pela guerra e a necessidade de uma injeção rápida na economia do país. E quem poderia dar essa ajuda era logicamente o país que se manteve longe dos estragos da guerra e teve sua produção aumentada por ela, os EUA.

Entretanto, os resultados da Primeira Guerra Mundial não foram satisfatórios nem para o lado vencedor, nem para o perdedor. Isso porque os países Europeus se encontravam em grande déficit no pós guerra, tendo queda econômica estadunidense gerada pela Grande Depressão, que resultou em uma baixa exorbitante na importação e exportação, gerando uma taxa de desemprego acima dos 20% em países como Grã-Bretanha, Dinamarca e Alemanha.

Por conseguinte, movimentos fascistas que ganham força pelo momento econômico vivido, juntamente com os assuntos ainda não resolvidos da Primeira Guerra Mundial, vão suceder a II Guerra Mundial. HOBSEBAWM (1995, p.73-74) afirma que:

A Primeira Guerra Mundial devastou apenas partes do Velho Mundo, sobretudo na Europa. A revolução mundial, o aspecto mais dramático do colapso da civilização burguesa do século XIX, espalhou-se mais amplamente: do México à China e, em forma de movimentos de libertação coloniais, do Magreb à Indonésia. Contudo, seria fácil encontrar partes do globo cujos cidadãos tivessem ficado distantes de ambos, notadamente os Estados Unidos da América, assim como grandes regiões da África colonial central e setentrional. Mas a Primeira Guerra Mundial foi seguida por um tipo de colapso verdadeiramente mundial, sentido pelo menos em todos os lugares em que homens e mulheres se envolviam ou faziam uso de transações impessoais de mercado. Na verdade, mesmo os orgulhosos EUA, longe de serem um porto seguro das convulsões de continentes menos afortunados, se tornaram o epicentro deste que foi o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos — a Grande Depressão do entreguerras. Em suma: entre as guerras, a economia mundial capitalista pareceu desmoronar. Ninguém sabia exatamente como se poderia recuperá-la.

Esta terá uma semelhante participação estadunidense, ou seja, apesar de estar na aliança e participar ativamente da guerra desde o início, ainda tinha seu território longe dos ataques e supria seus aliados, criando assim uma dependência financeira que duraria muito tempo.

O ápice de sua participação na II Segunda Guerra Mundial foi sem dúvida as bombas atômicas no Japão, nas cidades de Nagasaki e Hiroshima, que por sua vez foi a resposta do ataque japonês a Pearl Harbor, tendo a base naval situada no Havaí atacada no dia 7 de dezembro de 1941. O ataque nuclear em agosto de 1945 ao Japão, foi a primeira demonstração em nível atômico que o mundo pode presenciar e pôs um fim à guerra quase que instantaneamente pelo poder obtido por quem as possuía.

Na saída da Segunda Guerra surgem duas principais e novas potências (novas, pois agora as antigas potências estão totalmente destruídas e sem nenhum recurso para voltar aos holofotes do mundo). Segundo KISSINGER (2007, p.66):

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a capacidade material e psicológica da Europa para forjar uma ordem mundial estava praticamente esgotada. Todos os países da Europa continental, com exceção da Suíça e da Suécia, tinham sido ocupados por tropas estrangeiras em determinado momento. A economia de todas as nações encontrava-se em grandes dificuldades. Tornou-se óbvio que nenhum país europeu (incluindo a Suíça e a Suécia) era capaz de dar forma a seu próprio futuro.

A luta agora era sobre os tipos de políticas-econômicas que seriam disseminadas ao mundo, o que sucede o início da Guerra Fria. No fim da II Guerra Mundial, dois países saem como as maiores potências mundiais: Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), iniciando assim uma busca incessante para saber quem era o mais forte dentre os protagonistas da Guerra Fria.

Nesse mesmo período, há o pronunciamento do então presidente norte-americano Harry Truman, que acabara de liberar recursos financeiros para uma política externa, onde o seu objetivo era barrar o crescimento socialista, principalmente em países capitalistas que estivessem frágeis após a segunda guerra. A esse pronunciamento denominou-se Doutrina Truman e foi o que deu início a Guerra Fria.

Para SILVA (2020, p.1) a divisão mundial perante a Guerra Fria era:

[...] a polarização decorrente da emergência de duas potências ideologicamente conflituosas após a Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Diante desse novo cenário de tensão, o resto do mundo se viu obrigado a se alinhar a um dos eixos em questão.

A Guerra Fria iniciou em 1947 e terminou em 1991, porém ainda existem alguns resquícios desse conflito até os dias atuais. A Guerra Fria ficou dividida entre Estados Unidos e União Soviética, Capitalismo e Socialismo (Comunismo). A hegemonia dos Estados Unidos dentro dos países do ocidente era enorme e nenhuma das duas organizações queria perder território para o inimigo o que as levou investir fortemente em políticas externas em todo o mundo.

Para os Estados Unidos, a influência comunista dentro do continente americano era algo inviável e de extremo risco em sua hegemonia, continental e mundial. Políticas externas com ajudas financeiras para o desenvolvimento industrial dos países americanos e escolas militares para a educação anticomunista, foi algo comum entre os anos seguintes ao início da Guerra Fria.

2. Guerra Fria

Com as duas maiores potências mundiais em guerra, a procura por aliados e métodos de contenção para o avanço do inimigo começam a fazer parte do dia a dia dessas nações. Devemos lembrar que a Guerra Fria não foi um conflito direto entre as duas nações, mas sim, uma disputa ideológica que utilizava de outros territórios estrangeiros para os seus conflitos.

O atrito destas duas potências se dava sobre o capitalismo e o comunismo, sendo essa a justificativa para todas as ações tomadas durante esse período.

O lado estadunidense lutava para que a ameaça comunista não se espalhasse pelo mundo e o lado soviético, lutava para que o avanço do capitalismo não ocorresse principalmente no lado oriental do globo.

Tendo em vista a disputa dentro desse período, Eric Hobsbawm afirma que as duas potências não queriam realmente entrar em guerra ou buscavam a dominação do que até então já havia se acordado em 1949 na OTAN ou em 1955 no pacto de Varsóvia. (Ponto 8, 1994). Porém, é importante salientar que apesar da falta de interesse em uma luta armada, não era simples acreditar nesta opção e nenhuma das duas forças queria se mostrar mais frágil perante a outra.

Buscando um maior apoio dos países europeus do lado ocidental e com medo dos soviéticos tomarem essa decisão antes dele, os EUA iniciam o plano Marshall, que irá auxiliar financeiramente a Europa em sua reconstrução. O plano Marshall deriva da Doutrina Truman, ou seja, uma política externa voltada não somente para uma propaganda capitalista ao mundo, mas uma forma também de cortar qualquer tipo de relação entre a URSS dentro dos países da Europa ocidental.

Apesar das grandes potências europeias e tanto o lado soviético quanto o lado capitalista não estarem satisfeitos com as imposições colocadas por ambas as potências, elas se viam obrigadas a aceitarem recursos para iniciarem um processo de reestruturação em âmbito nacional, ou seja, desenvolvimento de suas infraestruturas e economia, para que assim pudessem se reerguer ao longo dos anos e retornar aos postos de países desenvolvidos e potências mundiais.

Após todos os acordos e avanços dentro do território europeu a revolução de Cuba no ano de 1959, e a Crise dos Mísseis em 1962, deixou os estadunidenses em alerta, e mais uma vez a América Latina é vista como alvo. A revolução cubana em 1959 liderada por nomes como Fidel Castro e Che Guevara, mostrou aos EUA que mesmo que houvesse um o apoio militar e econômico dentro do governo local, e por mais que eles tivessem grande influência no país, pela sua “ajuda” que outorgaram na luta pela independência perante a Espanha no século XIX, sua força não foi o suficiente para impedir um golpe de estado a um governador apoiado pelo EUA.

HOBBSAWM (1995, p.426-427):

Embora radicais, nem Fidel Castro, nem qualquer de seus camaradas eram comunistas, nem (com duas exceções) jamais disseram ter simpatias marxistas de qualquer tipo. Na verdade, o Partido Comunista cubano, [...], era notadamente não simpático a Fidel, até que algumas de suas partes juntaram-se a ele, meio tardiamente, em sua campanha [...]. No entanto, tudo empurrava o movimento fidelista na direção do comunismo, desde a ideologia

social revolucionária [...], até o anticomunismo apaixonado dos EUA na década de 1950 do senador McCarthy, que automaticamente inclinava os rebeldes latinos anti-imperialistas a olhar Marx com mais bondade. A Guerra Fria global fez o resto. Se o novo regime antagonizasse os EUA, o que era quase certo que faria, quando nada ameaçando os investimentos americanos, podia contar com os quase certos garantia e apoio do maior antagonista dos EUA.

A resposta estadunidense para a revolução e as ações tomadas, foi o embargo econômico em 1960, o que por sua vez proibiu o comércio entre EUA e Cuba. Essa decisão afetou e muito a economia cubana que desde seu rompimento com a Espanha continuava, às vezes por opção, outras nem tanto, dependente dos EUA para suas exportações e importações.

Novamente a resposta de Cuba vem a altura, Fidel Castro em 16 de abril de 1961 anuncia ao mundo que Cuba agora seria um país socialista. Isso logicamente afeta os EUA e acaba os preocupando perante os efeitos futuros dessas ações cubanas, pois agora todo o esquerdista latino-americano acredita em uma revolução em seus respectivos países. HOBBSAWM (1995, p.339):

Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude — os mais velhos mal tinham passado dos trinta —, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária.

Ainda durante esse embate entre ambas as nações, Cuba começa a receber ajuda financeira da URSS. No ano seguinte em 1962, Cuba é retirada da (OEA) – Organização dos Estados Americanos – sendo acusada de apoiar a subversão pela América. Toda via, a disputa entre EUA e URSS juntamente com a forte inimizade de Cuba perante os EUA, ainda nos levaria ao pior cenário durante o período da Guerra Fria, ou seja, a Crise dos Mísseis.

A Crise dos Mísseis foi envolta de conflitos, conversas, tomada de decisões, entre outras inúmeras coisas. Nesse período, foram necessárias conversas formais e informais das duas potências mundiais e ações militares estratégicas para evitar uma guerra nuclear que agora era eminente.

No ano de 1961, os EUA instalam cerca de 45 mísseis nucleares perto do território da URSS. Essas instalações foram feitas na Turquia (15) e na Itália (30), ambos locais teriam capacidade de oferecer, no mínimo, perigo para um ataque à Moscou.

Como resposta a essa ação estadunidense os soviéticos já no ano seguinte 1962 implantaram em território cubano mísseis, que obviamente pela geografia local teriam também alcance para um ataque aos EUA.

Pressionado pelo Estado-Maior estadunidense que queria uma invasão a ilha, o então presidente dos EUA John Kennedy buscava uma solução pacífica e sem maiores conflitos para os dois lados. “A principal preocupação dos dois lados era impedir que gestos belicosos fossem interpretados como medidas efetivas para a guerra.” HOBBSAWM (1995, p.180)

Após um período de duas semanas em que a população local e mundial estava apreensiva para saber o rumo que levaria essas movimentações bélicas, houve uma intervenção da ONU – Organização das Nações Unidas, no dia 28 de outubro de 1962, onde Krushev aceita a retirada dos mísseis. Porém, em um acordo externo, também solicita a retirada dos mísseis na Turquia, o que ocorre já na sequência pelos EUA.

Levando em consideração tudo o que havia ocorrido dentro da Guerra Fria e dentro da América por conta da revolução cubana e com medo de perder outros países da América Latina para o comunismo, os Estados Unidos iniciam sua política externa da “Aliança para o Progresso”. Política essa que tinha como objetivo, ajudar e estabelecer países democráticos ao longo da América. Os Estados Unidos dariam ajuda e apoio para que esses países se desenvolvessem, tanto na economia, educação, infraestrutura, entre outros aspectos. O Brasil era o país mais importante geopoliticamente e foi o foco principal desta investida estadunidense.

Como salienta Henrique Pereira, o maior foco dos EUA no Brasil era o Nordeste, sendo assim, o primeiro ato da Aliança para o Progresso, pois como denomina em seu texto essa era a “região explosiva” e de maior probabilidade de ocorrer outra revolução como a de 1959 em Cuba. “Isto é, levando em consideração aspectos importantes com a miséria que essa região sofria pelas secas, analfabetismo, entre outros pontos críticos.” (PEREIRA, 2007, p.2).

Para formalizar intenções e buscar também apoio das nações que receberiam tais ajudas foi criada a Carta de Punta Del Este. PEREIRA (2007, p.5):

Na tentativa de garantir o estabelecimento de governos “plenamente democráticos” foi produzida uma carta de intenções, a Carta de Punta del Este, que propunha uma série de melhorias na distribuição de renda do continente latinoamericano, reforma agrária e o desenvolvimento de planejamentos econômicos e sociais. Os países latino-americanos (com exceção de Cuba) comprometeram-se com um programa de investimentos

da ordem de 80 bilhões de dólares por 10 anos. Os Estados Unidos concordaram em fornecer cerca de 20 bilhões de dólares durante o mesmo período.

Porém, ao longo dos anos os investimentos para os países da aliança foram diminuindo e no ano de 1973 essas ajudas foram finalizadas. Levando em consideração a atenção do Estados Unidos na Guerra do Vietnã, a Crise do Petróleo em 1973, que como colocou HOBBSAWM (1995), foi uma forte segurança para o lado da URSS, pois era um dos maiores exportadores de petróleo do mundo, sendo que sua exportação subiu de 19% para 32% por conta desse fato.

Outro fator importante foi o não cumprimento do tratado pelos países latino-americanos, que não atingiram os resultados que foram acordados quando a “Aliança para o Progresso” foi assinada.

Mais um método que ajudou no aumento da influência estadunidense foi a doutrina das escolas militares, sendo que a Escola Superior de Guerra (ESG) teve inúmeros intercâmbios de militares brasileiros, para a capacitação contra as ameaças comunistas. Entretanto, as propagandas e ensinamentos visando o anticomunismo não foi algo passado somente ao setor militar, mas sim para a grande parte da população, que se tornou favorável a causa estadunidense, o que por sua vez, preparou e familiarizou a população em geral com a possível “necessidade” de um golpe no Brasil.

Segundo SILVA (2020, p.3):

Diante dessa intensa adequação da ideologia dos militares brasileiros à problemática norte-americana no contexto de Guerra Fria, eles construíram ao longo dos anos uma comunidade civil de apoio às premissas da Doutrina de Segurança Nacional, sustentados por instituições como a ESG. As ideias norte-americanas foram fortemente acolhidas e adaptadas às percepções brasileiras e propagadas para todo o país. E, assim, a parcela civil favorável aos militares foi de substancial importância para a concepção da legitimação do golpe de 1964, visto como necessário em meio à crise política da época.

3. Momentos antes do Golpe

Tendo em vista o que estava ocorrendo no mundo da Guerra Fria e os motivos que levaram a atenção dos EUA para a América Latina, vamos analisar o que estava ocorrendo no Brasil alguns anos antes do golpe. Ao final do governo de Juscelino Kubitschek, popularmente conhecido como JK, o país encontrava-se em uma difícil jornada. Apesar de todos os avanços e crescimento do setor industrial

brasileiro, a alta inflação, o crescimento da dívida externa e a falta de infraestrutura no setor da educação deixaram os cidadãos brasileiros imersos em um mar de dúvidas e medos.

A solução proposta pelas então figuras políticas foi a candidatura de Jânio Quadros a presidência do Brasil pela (UDN). Jânio já havia sido nos anos 50 prefeito e governador de São Paulo, o que o ajudou em sua campanha/eleição como presidente do Brasil. O governo de Jânio durou apenas alguns meses, porém foi tempo mais do que o suficiente para todos os defensores do anticomunismo atuarem e criticarem o então presidente abertamente.

Ao longo dos poucos meses como presidente, Jânio tomou algumas medidas para tentar solucionar a alta inflação. Decisões essas que não agradaram a população em geral. Outro movimento que trouxe muitos problemas a ele foi a condecoração dada a Che Guevara e a retomada do contato com a URSS em sua reformulação de política externa.

Após a sua renúncia em agosto de 1961, segundo FICO (2008), o então Vice-Presidente João Goulart (Jango) deveria assumir o posto de Presidente do Brasil, mas não o conseguiu fazê-lo, pois os políticos conservadores ali presente instalaram o parlamentarismo, e por estar em viagem ao exterior também não conseguiria assumir de prontidão. Sua tomada a presidência só se concretizou pois Jango tinha o apoio do então Governador do Rio Grande do Sul e seu cunhado Leonel Brizola e pela implementação do parlamentarismo, tornando assim os poderes do executivo menor.

Jango assumiu a presidência no dia 07 de setembro de 1961 e ficou governando no sistema de parlamentarismo até janeiro de 1963, onde com o apoio das massas como trabalhadores e estudantes conseguiu retomar o presidencialismo onde foi até abril de 1964 quando foi interrompido pelo Golpe.

Durante o tempo em que Jango ficou no poder conseguiu fazer muitos inimigos políticos, por exemplos, grandes militares que estavam na fila de promoções e que não receberam a mesma, pois Jango optou por promover pessoas que tinham a confiança dele (o que não o ajudou muito). Isso segundo Carlos Fico (2008), eleva o grau de descontentamento com os principais nomes do exército brasileiro e deixa Jango com profissionais muitas vezes inexperientes ou com informações não precisas sobre sua posição dentro dessa área.

Paralelamente a essas ações, segundo os autores Mario Rapoport e Rubén Laufer (2000, p.76):

[...]a diplomacia norte-americana encorajava manobras objetivamente golpistas de dentro mesmo do governo: assaltando a autoridade presidencial, Araújo Castro determinou – pela iniciativa do General Castelo Branco e por meio de uma simples roca de notas com o encarregado de negócios da Embaixada Americana – a revalidação do Acordo Militar bilateral de 1952. O pacto de 1952 atribuía ao exército norte-americano direitos exclusivos para colaborar na organização e operação da Escola Superior de guerra, segundo o modelo do National War College de Washington. Na prática, sua revalidação proporcionava uma base legal para uma potencial intervenção armada no Brasil com o pretexto de reprimir a “agressão comunista”.

FICO (2008), também salienta sobre o programa de desestabilização do governo de Jango que inicia já em 1962. Essa desestabilização é feita tanto por setores internos quando externo e recebeu grande ajuda financeira e pessoal dos EUA. Segundo o autor, a desestabilização não era uma forma de conseguir o Golpe, pois em 1962 ainda não se teria essa ideia completamente formada, mas sim, seria uma maneira de conseguir uma barreira para que Jango não conseguisse instaurar uma revolução subversiva no Brasil.

A campanha de desestabilização no Brasil estava recebendo e aderindo às propagandas estadunidenses em forma de filmes, livros, panfletos, entre outros. Essas ferramentas de propagandas custaram milhões de dólares aos EUA, que “pagaram” por todas sem nenhuma hesitação. Mesmo com todas as propagandas e tentativas de deixar o governo de Jango o mais próximo do abismo possível, o então embaixador estadunidense Lincoln Gordon, no fim do ano de 1963, mais especificamente 11 de dezembro, escreve ao seu governo um plano de contingência para uma possível tentativa de golpe por Jango. Nesse plano, Gordon relatou quatro cenários possíveis a ocorrerem.

Esses cenários foram descritos por FICO (2008, p.89-90) da seguinte maneira:

O primeiro considerava a possibilidade de uma “revolta de extrema esquerda contra o regime e Goulart” com o apoio de um reduzido segmento das Forças Armadas. O segundo (e desejado) supunha a possibilidade de uma “resistência organizada, aberta, de forças democráticas de bom tamanho, com considerável apoio militar, contra uma tentativa de Goulart de obter poder autoritário” [...]. A terceira hipótese supunha um golpe militar que implantasse uma liderança nacional “mais efetiva” motivado por um descontentamento acumulado com o “caos” econômico e político, não por um episódio específico. [...] o quarto cenário descrevia a possibilidade de uma tomada gradual do poder por “ultranacionalistas de extrema esquerda”, com ou sem a participação de Goulart, acompanhada de uma “neutralização ou fracionamento” das Forças Armadas.

Tendo em vista todos os cenários ali contidos, o autor constata e concordo com a afirmativa de que tanto a primeira, quando a quarta opção descrita por Gordon era

no mínimo improvável de ocorrer. Já as opções restantes têm um fundo de verdade, isto claro, se analisarmos o segundo cenário comparando-o com a então operação Brother Sam que viria a ocorrer meses depois.

Podemos vislumbrar que ao longo do tempo e com as informações que possuímos, é impossível não notar a semelhança do plano de contingência com as medidas utilizadas durante a operação Brother Sam. Operação essa que teve medidas precisamente semelhantes ao que foram listados por Gordon, - que segundo os relatos de FICO (2008), mostra-se um ser perplexo e com um medo tão exorbitante perante a URSS e ao comunismo, que o deixa paranoico -, o que por sua vez não é estranho, já que se trata de um plano de contingência. Porém, é necessário a visão sobre o que foi um plano de contingência ou o que foi um planejamento inicial para um golpe.

A operação contou com uma grande força militar do EUA, e uma mobilização extremamente rápida dessa força. Militares brasileiros em contato com os EUA organizaram e colocaram em prática boa parte do golpe e ficaria como responsabilidade da Operação Brother Sam, uma possível intervenção em caso de resistência nacional. A operação era composta segundo RIBEIRO (2004) pelo:

[...]porta-aviões Forrestal (CVA-59), o primeiro da era nuclear e dos maiores na ocasião; os destróieres Leahy (DLG-16) e Barney (DDG-6)[...] um grupo de apoio de helicópteros, que seriam transportados pelo grupo de navios composto pelos Turckee (AO 147); Ware (D 865), Summer (DD 692), Harwood (D 861) e W. C. Lawe (DD 763)[...] o embarque prioritário de munição para armas leves que seriam transportadas em seis aviões C-135, além de mais um C-135 como apoio, oito caças de escolta, oito aviões de abastecimento, um de apoio e de socorro aéreo, um avião de comunicações e um posto de comando aerotransportado. Fora determinado também o embarque imediato de 250 carabinas de calibre 12.

Segundo o autor, apesar da grande força militar, a operação ainda era composta de uma grande reserva de combustíveis em geral para uma possível retaliação no fornecimento dele. Essa reserva ficaria a poucos dias em grandes navios americanos, para que chegassem assim que solicitadas na costa de Santos e Rio de Janeiro.

Tendo em vista FICO (2008), o plano de contingência não foi algo somente para um possível golpe, mas sim, um preparativo para ele. Contudo, apesar de toda desestabilização e problemas enfrentados por Jango, nunca ficou claro a intensão de revolução ou algo semelhante por parte do governo de Jango. Sendo assim, a operação não foi planejada as vésperas do golpe, mas sim, como o autor afirma, foi algo premeditado, e já idealizado desde o início da campanha de desestabilização do governo de Jango.

4. Golpe de 64

Após todos os problemas enfrentados por Jango ao longo dos anos na presidência do Brasil, seus últimos passos colocaram um fim em seus dias de presidente. Com o discurso utilizado no comício Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, sem dúvida nenhuma, colocou o governo de Jango a uma visão totalmente esquerdista, o que sabemos que era inaceitável tanto para os conservadores, quando para o governo dos EUA. Em seu discurso, Jango submeteu de forma direta o governo brasileiro, mesmo que não estivesse mais no poder, a iniciar as Reformas de Base, promessas essas, que foram cumpridas ao longo do período ditatorial por uma pressão popular brasileira muito grande.

No dia 31 de março de 1964, iniciou-se o então esperado golpe militar. Durante a madrugada os exércitos aliados ao comando de Olympio Mourão Filho, começam uma movimentação em direção ao Rio de Janeiro, onde encontrava-se Jango, juntamente com uma movimentação da ajuda estadunidense que se iniciava no Atlântico Norte. Devemos lembrar que a operação Brother Sam, só chegaria no Brasil 6 dias após o golpe e somente interviria caso a resistência ao golpe não conseguisse ser suprimida pelos militares brasileiros.

Jango, segundo FICO (2008) então, parte para Brasília no dia 1º de abril para tentar uma retomada de poder, porém após receber as notícias de que seus aliados no Nordeste encerram o apoio ou estão sob vigia dos golpistas e sobre a operação montada pelos EUA, acaba por abdicar da luta e vai até Rio Grande do Sul, onde ainda tinha o apoio do seu cunhado Leonel Brizola e acaba saindo do país no dia 2 de abril. Momentos antes da saída de Jango do país, os EUA já haviam reconhecido o novo governo brasileiro.

A ditadura no Brasil durou 21 anos e foi envolta de inúmeros assassinatos, torturas, desaparecidos e de represália enorme com a liberdade de expressão da sociedade brasileira. Para PINHEIRO (2018, p.6):

O pior momento da ditadura brasileira foi quando o chefe do SNI (Serviço Nacional de Informação ± responsável pelas investigações), Emílio Garrastazu Médici, natural de Bagé/RS, assumiu a presidência. Aos seus moldes funcionavam os DOI-CODI (departamentos criados por ele para aumentar as investigações e interrogatórios). Além do pior momento social, foi um dos piores momentos políticos.

Nesta sequência, operações extremamente obscuras e de caráter ilegal, contra os direitos humanos, eram enfim uma mera formalidade entre os que detinham o poder. Devemos nos deparar que no mesmo período em que o Golpe de 64 ocorreu, surge na América Latina uma lista com vários países que seguiram o mesmo caminho da ditadura militar.

Países esses que ao longo do tempo filiaram-se uns aos outros na busca da então sonhada “queda comunista”, como se quisessem legitimar suas atrocidades. Claro que essas filiações não ocorriam de forma diplomática e nem tinham a “aprovação” do governo de seus respectivos países.

Dentro desse cenário, podemos levantar a Operação Condor, que foi uma aliança entre Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. A operação era um centro de inteligência que compartilhava informações e permitia a esses países acesso aos seus fugitivos mesmo fora de seu território e só foi oficializada em outubro de 1975 no Chile.

A Operação Condor, contava com uma abertura diplomática entre os aliados e ficou em funcionamento durante todo o período de ditaduras na América Latina, sendo que, foi encerrada junto com a queda em cascata das ditaduras. Outro aspecto da Operação Condor, se dá pelo envolvimento estadunidense que ajudou na forma de contato entre as respectivas nações, ajuda esta que veio por meio dos ensinamentos na Escola das Américas, ESG, entre outras organizações. Segundo Neusah Cerveira (2019 p.102):

A Operação Condor foi responsável por milhares de assassinatos e desaparecimentos de militantes revolucionários latino-americanos. A multiplicidade das prisões, tortura e morte dos que ousavam levantar suas vozes contra as atrocidades cometidas pela ditadura militar conduziu o país a uma situação em que quem prezasse minimamente os caminhos democráticos e os direitos fundamentais do homem, sentia-se aviltado e impelido a reagir contra a ditadura e a procurar formas de restabelecer as instituições.

Além de todos os pontos elencados, deve-se a essas instituições e aos ensinamentos estadunidenses a instrução de torturas e métodos de interrogação.

Apesar de todos os ocorridos no período e tudo que se tinha de documentos até então, a Operação Condor só vem à tona após uma denúncia anônima paraguaia que traz ao mundo o “Arquivo do Terror”, neste documento encontra-se inúmeros crimes contra os direitos humanos, a confirmação de nomes como Alfredo Stroessner,

Augusto Pinochet, e todos os demais países na – agora confirmada – Operação Condor.

Ainda que a Operação no final século XX fosse a público, levaria alguns anos para o início das investigações sobre os nomes e processos lá elencados, sendo que, só teríamos o início das primeiras investigações e condenações já no século XXI. Por se tratar de um processo lento e contínuo, o mundo das ditaduras latino-americano não sofreu uma quebra abrupta e ainda é muito vaga: O tempo passa, informações chegam, pessoas decidem falar e ainda assim não conseguimos ter a real situação enfrentada. Documentos ainda são confidenciais e antigas crenças implantadas desde o início da Guerra Fria ainda persistem em nosso dia a dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vislumbrando todos os aspectos elencados durante o período da Guerra Fria e os eventos antecessores e posteriores a ela, é inegável a presença dos EUA dentro da política nos Estados da América Latina. Todo o processo estadunidense de transição ao poder e de permanência nele, teve sempre em um de seus pontos de atenção esses Estados latino-americanos.

Dentro desse cenário foi possível avaliar e elencar quais os principais objetivos dos Estados Unidos, como também as motivações que levaram a esses objetivos no contexto da Guerra Fria.

Desde que chegou ao posto de potência mundial, os EUA buscam controlar toda e qualquer alteração ideológica principalmente dentro do continente americano e temem toda ação contra o seu governo e isso ocorre mesmo antes do período da Guerra Fria.

Sendo assim, o que podemos analisar é que com a estabilização do poder estadunidense, primeiramente sobre o continente americano e logo após as duas grandes guerras em âmbito global, o foco de seus interesses vão ficar imersos em propagar ao mundo suas ideologias e seu poder.

Entretanto, os métodos utilizados para chegarem até determinado objetivo, causaram impactos grandiosos no desenvolvimento de toda a América Latina, ou seja, apesar de algumas dessas ações desenvolvidas trazerem resultados positivos, podemos levantar que as ações tomadas perante essas nações foram em suma desastrosas.

A utilização de propagandas exageradas, o uso da força excessiva, juntamente com todo o apoio aos ditadores desse período, foi algo comum para os EUA, sendo que todos esses eventos são instigados pelo simples medo da ideologia comunista tomar conta da “sua” América.

Visando todas essas constatações, é notória a presença que os EUA tiveram e têm até a atualidade perante os modelos de governos e perante a sociedade latino-americana, sendo ela política, econômica ou em outras áreas. Um exemplo recente no território brasileiro é a sua participação na Operação Lava Jato, *sítes* como “Rede Brasil Atual” e “UOL” trouxeram notícias sobre os acontecimentos e de como a influência dos EUA conseguiu intervir neste caso.

Deste modo, podemos constatar que a insegurança estadunidense fez com que se instaurasse em grande parte da América Latina uma onda de ditaduras e essa ação contribuiu para que a democracia e a liberdade fossem esquecidas por mais de duas décadas.

REFERÊNCIAS

CERVEIRA, Neusah. **Rumo À Operação Condor - Ditadura, Tortura E Outros Crimes**. Projeto História, São Paulo, n.38, p. 97-118, jun. 2009.

FICO, Carlos. **O grande irmão da Operação Brother Sam aos anos de chumbo O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Civilização Brasileira 2ª ed. Rio de Janeiro, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos – O breve século XX 1914-1991**. Companhia das Letras. 2ª ed. São Paulo, 1995.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Impérios 1875-1914**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1988.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Objetiva. Capítulo 8. Rio de Janeiro, 2014.

Lava Jato colaborou secretamente com os Estados Unidos, diz Intercept. UOL NOTÍCIAS, São Paulo, 12 de março de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/12/lava-jato-intercept-estados-unidos.htm>>. Acesso em: 09 de dezembro de 2020.

MIER, Brian. **Departamento de Justiça dos EUA confirma ter participado da Lava Jato**. Rede Brasil Atual, São Paulo, 19 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/07/departamento-de-justica-dos-eua-confirma-ter-participado-da-lava-jato/>>. Acesso em: 08 dezembro de 2020.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. **Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil**. ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

PINHEIRO, Ivan Cesar dos Santos. **LIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: O PREÇO E O LEGADO DAS INTERVENÇÕES IANQUES**. SIEPE, 2018.

RAPOPORT, Mario. LAUFER, Rubén. **Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960**. Ver. Bras. Polit., 2000.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. **40 anos do golpe: o dia em que os Estados Unidos (quase) invadiram o Brasil**. ALESP, São Paulo, 30 de março de 2004. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=272721>>. Acesso em: 16 de novembro de 2020.

SILVA, Clara Alves. **Democracia no Século XX: a complexa relação política entre Estados Unidos e Brasil**. 2020.